

## TUTORIA EM EAD: EM DEFESA DO CONSELHO ESCOLAR

Marileide de Sales<sup>1</sup>  
Fredy Enrique González<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre o fortalecimento do Conselho Escolar na cidade do Natal/RN através do Programa Formação pela Escola, na modalidade de Educação a Distância, através de um estudo bibliográfico e relato de experiência com prisma de Professor Tutor participante desse programa desde 2011. Situamos a origem dessa política de qualificação dos conselheiros escolares; apontamos a importância para melhoria das ações sistematizadas dessa instância no interior da unidade de ensino; as dificuldades encontradas pelos tutores e cursistas; tecemos algumas considerações possíveis de serem ajustadas no Programa Formação pela Escola numa avaliação continuada do processo. Usamos a bibliografia que define o formato do programa. Ampliamos o conceito de educação à distância para qualificação continuada. Defendemos a participação dos atores sociais inseridos na escola para desenvolver atitudes democráticas. Constatamos um vasto trabalho sobre gestão democrática, como elemento pedagógico que vai além da escola. Destacamos a relevância deste artigo como ponto inicial para uma pesquisa qualitativa desse assunto tratado.

**Palavras-chaves:** Conselho Escolar, Tutoria, Educação a Distância.

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo bibliográfico e relato de experiência que inicia na docência do ensino básico municipal, passando pela coordenação escolar, inspeção escolar e direção escolar eleita, assim construindo e (re)construindo a profissional da educação. Hoje desempenhando as funções como Assessora Pedagógica no órgão central com atribuições em desenvolver atividades junto ao Conselho Escolar e Direção Escolar. Em permanente qualificação, sempre adquirindo novos processos de estrutura didática, o recorte do artigo se dá na experiência de Tutoria do Programa Formação pela Escola. Cujo programa possui a finalidade de qualificar os conselhos escolares nacional na modalidade de Educação a Distância.

A gestão democrática já é consolidada mais de trinta anos em nossa cidade através da Eleição para Diretores Escolares e Conselho Escolar. Atualmente o processo eletivo é regido pela Lei 147/2015.

---

<sup>1</sup> Professora Especialista em Gestão Escolar, Secretaria Municipal de Educação Natal/RN – SME, [le3sales@hotmail.com](mailto:le3sales@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professor Orientador, Doutor em Educação Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [fredygonzalesdem@gmail.com](mailto:fredygonzalesdem@gmail.com)

O conselho escolar é constituído por todos os segmentos da comunidade escolar, pais; funcionários; estudantes; professores e direção. Com regimento próprio. Para tanto, faz necessário qualificação continuada dos conselheiros para ter ações responsáveis no interior da unidade de ensino. A feitura desse trabalho é coletivo, com discussões, debates, embates, muitas vezes árduo e lento. Compreendemos uma ação pedagógica que vai além da escola.

Por isso, abraçamos a qualificação permanente dos conselheiros escolares, e o Programa Formação pela Escola é mais uma possibilidade de efetivar ações participativas concretas.

## **METODOLOGIA**

Foi utilizada referência bibliográfica que aborda Gestão Escolar Democrática; Conselho Escolar; participação; Educação a Distância; Programa Federal Formação pela Escola. Como também relato de experiência em tutoria no Programa Formação pela Escola

Verificamos essa experiência por base na observação: conversas informais; através dos dados estatísticos dos relatórios quantitativos; no acompanhamento na plataforma de estudo moodle, é constatado que em EAD tem um grande numero de desistência pelos cursistas, nesse programa não é diferente, são elencados alguns fatores, como, não conhecer a ferramenta de estudo; não ter cultura de estudar a distância; consumidos pelo ativismo de diversas atividades do cotidiano e problemas subjetivos dos inscritos.

Com base em nossa vivência outro aspecto em relação ao professor tutor, esse não faz parte do processo decisório, as normas chegam e devem ser executadas, de forma verticalizada. As questões do cotidiano das turmas são discutidas com os multiplicadores formadores.

O ensino em EAD tem como perspectiva a socialização do saber científico de maneira desafiadora, pois cada participante cria seu próprio espaço, dinâmica e o tempo para garantir de maneira flexível à conclusão e desenvolvimento das disciplinas.

## **DESENVOLVIMENTO**

O presente artigo apresenta um relato de experiência de tutoria na educação a distância para conselheiros escolares. Além disso, minha trajetória intelectual e profissional é um elemento motivador para a produção desse artigo, pois o contato diário seja na docência, coordenação pedagógica, inspeção escolar, como membro efetivo do conselho escolar, ou culminando no ápice da trajetória profissional de um educador conquistando democraticamente a gestão escolar. Atualmente desenvolvo atividades de assessoria pedagógica na Secretaria Municipal de Educação do Município do Natal, no Departamento de Gestão Escolar. As ações desenvolvidas pela equipe são diretamente ligadas ao Conselho Escolar e a Gestão Escolar das unidades de ensino da rede municipal de Natal. Paralelamente atuo como professora Tutora a distância no “Programa Formação pela Escola” ofertada pelo Ministério de Educação para formação continuada de conselheiros escolares.

O Conselho Escolar é um colegiado instituído pela nossa Carta Magna – a Constituição de 1988–, em seu art. 206, assumidos no art. 3º da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), consta, explicitamente, a “Gestão Democrática do Ensino Público, na forma instituindo desta Lei e da legislação dos sistemas

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

de ensino” (inciso VIII do art. 3º da LDB). Assim formando o marco legal, (Dourado, 2012, p. 60).

A LDB n. 9.394/96 deixa em aberto para que cada ente federativo organize seu sistema de ensino introduzindo a gestão democrática. Na cidade do Natal, atualmente temos a Lei Complementar 147/2015, e em especial há a seção V específica para normatização do Conselho Escolar, desde o artigo 17 até o artigo 26. Amparado pelo § 2º do artigo 14 da LDB o qual focaliza o princípio da participação no interior das unidades de ensino público.

Esse colegiado é uma assembleia de pessoas, de natureza pública, para dar conselhos, pareceres, deliberações das questões administrativa, financeira e pedagógica da dinâmica escolar. Tem um sentido de exercício do poder coletivo, passa a ser um grupo responsável pelo estabelecimento de objetivos e de direções que a escola tomará no futuro, caracterizando papel importante em assegurar que toda a comunidade escolar seja envolvida nas decisões da escola, ressaltando não apenas a democracia interna da escola, mas como também um ato pedagógico para formação humana de cada participante. Em Natal/RN, há eleição direta entre seus pares para conselheiro escolar o qual é formado por representantes dos segmentos que fazem a escola, direção escolar; professores; funcionários; pais e estudantes.

A constituição dessa instância escolar na educação pública por si só na forma de Lei não garante o processo participativo, mas sim a busca incansável de construir um norte coletivo, tendo como base a realidade local de cada unidade de ensino. São nas discussões, nos debates, nas avaliações, muitas vezes, com graves discordâncias entre os representantes. Assim, vão surgindo estratégias autonomamente na construção de sua trajetória.

“Como nenhum homem é um uma ilha e desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado com altos e baixos, as formas históricas que a vida social foi tomando. Entretanto, no mundo inteiro nota-se hoje a tendência para intensificação dos processos participativos” (BONDENAVE, 1994, p. 11 e 12).

O Conselho Escolar surgiu para ser instrumento democrático da comunidade escolar, e não para legitimar a voz unicamente da direção escolar, mas para constituir a voz da pluralidade dos atores sociais a quem a escola pertence. Podemos considerar, que na rede pública de ensino da cidade do Natal a gestão democrática é uma realidade consolidada, afinal, está instituída a mais de trinta anos. Sendo que na atualidade é gerida pela Lei Complementar número 147/2015.

Observamos que somente a Lei não é o suficiente para fomentar a participação, nos restringindo para outorgar regras ou em sua regulamentação, se faz necessária uma ação processual efetiva da prática participativa de organização colegiada.

“A participação coletiva do Conselho visa à qualidade social do trabalho educativo. Um Conselho Escolar não é a mera presença de várias pessoas em reuniões, mas um coletivo que se forma no trabalho conjunto, na construção histórica de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Trata-se de uma luta concreta para construir a escola que queremos e precisamos, na situação real da escola que temos. É trabalhar com os pés no

chão e a cabeça nas estrelas” (BRASIL Caderno do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006, 54).

Nessa perspectiva, participo desde 2011 como tutora de ensino para atender a formação continuada de conselheiro escolar da rede municipal de Natal, no Programa Formação pela Escola, num processo de qualificação dos conselheiros, na modalidade de Educação à Distância (EAD) e tem a intencionalidade de realizar uma política de fortalecimento da atuação do conselho escolar no interior das unidades escolares. Foi criado pelo Ministério da Educação, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para atender a seguinte demanda:

“Cidadãos que exerçam funções de gestão, execução, monitoramento, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários dos programas e ações financiados pelo FNDE, como profissionais de educação da rede pública de ensino, técnicos, gestores públicos estaduais, municipais e escolares, membros do comitê local do PAR - Plano de Ações Articuladas e dos conselhos de controle social da educação (Conselho Municipal de Educação–CMM; Conselho Escolar–CE; Conselho de Alimentação Escolar–CAE; Conselho de Acompanhamento e Controle Social–CACCS do Fundeb) que atuam no segmento da educação básica e qualquer cidadão que tenha interesse em conhecer as ações e os programas do FNDE.” (BRASIL, MEC/FNDE, Programa Formação pela Escola, 2011)

O primeiro passo para a implantação do programa é a organização das equipes gestoras nos estados e no Distrito Federal e a formação de uma Rede de Tutoria composta por MEC/FNDE por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação.

As Secretarias municipais encaminham à Coordenação Estadual os currículos para seleção dos Tutores, são capacitados no curso de Tutoria e Competências Básicas para compor a rede de tutoria do Programa de acordo com o perfil desejado.

Os multiplicadores/formadores são servidores que atuam na educação básica pública, selecionados de acordo com seu conhecimento da modalidade de ensino a distância e dos programas e ações financiados pelo FNDE. A função dos multiplicadores/formadores é apoiar a coordenação nacional do Formação pela Escola na formação dos tutores e acompanhar suas atividades de formação de turmas de cursistas, no município.

Os tutores são servidores que atuam com educação básica pública nos estados, Distrito Federal e municípios e apoiam os cursistas nos diferentes cursos do Formação pela Escola.

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 da LDB - Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores

desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos. Bezerra e Lemos (2012, p. 41) cita Bordenave para definir o conceito da educação à distância:

“Encontramos a definição de EAD como uma proposta organizada do processo ensino aprendizagem, na qual estudantes de diversas idades estudam em casa, em seus ambientes de trabalho ou qualquer outro local, em grupos ou individualmente. Para que se efetive esse processo, são utilizados materiais auto instrutivos, elaborados por docentes e disponibilizados em mídias eletrônicas e/ou impressas”.

No trabalho de tutoria das turmas inscritas é possível constatar a importância da mediação e interação entre os cursistas e os conteúdos para que ocorra uma aprendizagem significativa, através da correção de atividades, a comunicação, a avaliação, o feedback, o aconselhamento e conseqüentemente a supervisão para a motivação e participação efetiva dos cursistas.

E dividido em cursos modulares de estudo, entre quarenta ou sessenta horas de carga horária: Competência Básica; Controle Social; FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb; Programa do Transporte Escolar; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Censo Escolar; Programa do Livro; Programa Dinheiro Direto na Escola.

Os cursos contam com material didático em versão on-line, disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Moodle). Os textos dos cursos são de linguagem simples e acessível, podendo ser impressos pelo cursista. Esse material é composto por caderno de estudo, caderno de atividades e vídeos que auxiliarão o cursista e o tutor na condução das atividades pedagógicas, também disponíveis no Portal <http://www.fnde.gov.br/>, no link Formação pela Escola / Consultas.

Percebe-se o avanço pedagógico em relação ao mecanismo didático na forma de avaliar, em que os estudantes experimentam uma avaliação contínua diagnóstica por parte do tutor. Durante o processo de ensino aprendizagem tudo é relevante, todas as atividades realizadas são consideradas, favorecendo assim, uma intervenção intencional qualitativa para aprendizagem significativa.

A avaliação dos cursistas é feita de duas formas: auto-avaliação e avaliação realizada pelo tutor. Ao término do curso, com todas as tarefas realizadas, o cursista pode imprimir em qualquer local o certificado de conclusão, para quem alcançar aproveitamento em todos os itens do processo de avaliação do Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFEWEB).

Hoje com o advento da internet é possível utilizar mais de um recurso para se aprofundar em um determinado assunto. Como professora tutora utilizamos diversas possibilidades de pesquisa, tais como, videoconferências, chats, quiz, redes sociais, acesso a leituras variadas online e muito mais, tudo em tempo real para todos envolvidos, assim fortalecendo as relações de interação, socialização e aprendizagem.

Atuar pedagogicamente no contexto em que estamos vivendo, de grande volume de informações, diversidade de recursos, público heterogêneo em seus mais diversos aspectos, convergências de mídias, entre outros fatores, requer especificidade na ação de tutoria. Para fazer uso de determinado recurso tecnológico ou prática metodológica, o docente

tutor precisa compreender as características próprias do recurso que irá utilizar e o modo como irá aplicá-lo, de maneira que possa tirar o maior proveito. Para isso, investir em tempo e esforço para a formação continuada é fundamental, um desafio constante para o orientador de estudo em EAD.

É comprovatório que há uma junção das tecnologias na evolução da EAD. Etapas vencidas e experiências vividas fortaleceram e reformularam essa modalidade de ensino que ganha cada vez mais adeptos.

Belloni concebe a EAD como uma relação dialógica mediatizada por tecnologias. A citação acima se refere ao distanciamento físico entre os sujeitos envolvidos e assinala que é possível estabelecer um processo educativo entre o ensino e aprendizagem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Navegar nessa rica experiência faz compreender na totalidade, considerando a particularidade, a singularidade, especificidade dos sujeitos envolvidos em relação à formação continuada no Programa Formação pela Escola; comprometida com elementos possíveis para relevância social como também, oportunizar a reflexão dos participantes sobre que tipo de atuação o conselho escolar deve gerir no interior das unidades de ensino.

Constatamos que no ensino EAD a comunicação é primordial, pois a relação de espaço e tempo difere de uma aula presencial, corpo a corpo ou seja aluno e professor. Desta forma se faz necessário que o professor tutor mude a prática pedagógica, crie situações de aprendizagem diversificadas de linguagem amigável, clara e preciso. Que o cursista sintase a vontade, como estivesse ao lado do seu orientador nessa nova fase de aprender a aprender.

Nenhum momento deve-se esquecer do mediador do processo da aprendizagem do ensino EAD, esse papel é um dos alicerces importantes para que haja êxito no programa do curso ofertado. É um desafio trabalhar nessa função, pois muitos inscritos na formação não tem acesso às novas tecnologias, não sabe utilizar um computador e tão pouco os recursos da internet. Para muitos, é algo novo, um grande percalço adentrar no universo desconhecido, porque também atinge autoestima da pessoa por se sentir incapaz.

É de fundamental importância a elaboração de uma proposta de trabalho acolhedora pelo orientador de estudo. Em colaboração com a turma, criar um calendário de atendimento online, combinar com os cursistas o melhor horário para atendê-los; agilizar as correções das atividades, dar feedback; pegar os números de celular para entrar em contato caso necessário; apresentar segurança em relação ao conteúdo; criar laço de confiança entre a turma e o professor tutor; enviar mensagens de estímulo como poemas, indicação de música, livros, vê datas de aniversários para congratulações; indicação de links de pesquisa; retirar dúvidas em encontro presencial quando é possível. Demonstrar carinho e entender as limitações que possam aparecer.

A interação entre todos da turma será o foco para aprendizagem, pois dividir responsabilidade entre o ensinante e o aprendente é relevante para desempenho nas atividades.

A modalidade EAD tem como perspectiva a socialização do saber científico de maneira desafiadora, cada participante cria o espaço e o tempo para garantir com disciplina o

estudo de forma autônoma e flexível. O professor tutor continua sendo o mediador do conhecimento, figura indispensável para orientação do aprender. Pontos relevantes para o êxito em relação à aprendizagem qualitativa à distância.

Constatamos que o Programa Formação pela Escola foi idealizado com a preocupação em envolver a sociedade civil nas questões de fiscalização e participação nas ações do FNDE. O Tutor tem como referência os Multiplicadores que repassam as demandas para Coordenação Estadual e essa repassa para Coordenação Nacional. Tudo ocorre via internet tanto pela plataforma de estudo moodle, como nas redes sociais. A exigência é grande principalmente em relação ao índice de aproveitamento da turma, temos que obter 70%; o resultado é enviado através de relatórios ao fim de cada módulo, no registro verificamos o alto índice de abandono do curso, assim prejudica o vínculo de aptidão do tutor ao FNDE, com isto, ocorre desistência de tutores qualificados.

É inegável que o papel da Secretaria Municipal de Educação e/ou Secretaria de Educação Estadual, também contribui para que o resultado não seja satisfatório para gestão do trabalho de tutoria do respectivo Programa, é evidente algumas lacunas como, as más condições de trabalho; respeito à carga horária necessária para que professor tutor desempenhe suas tarefas, usamos horário extra que extrapola a carga horária de trabalho.

Esses são alguns pontos relevantes para análise. Acrescentamos a importância em registrar que estas instituições não utilizam indicadores avaliativos qualitativos para melhoria do processo, característica imprescindível numa política de correção para obter bons resultados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Indicamos que faz necessário se aprofundar numa pesquisa de estudo da relação entre a formação de conselheiros e o Programa Formação pela Escola, uma política de fortalecimento muito importante para qualificação dos conselhos escolares do país e não se pode refutar que a modalidade de Educação a Distância, possui subjetividade, atende um público com características variadas.

O movimento de participação através do conselho escolar é construído no dia a dia, por isso a necessidade da formação continuada como subsídio para efetivação concreta de ações mais participativas.

Elencamos alguns elementos para o estudo: identificar quais os conteúdos pertinentes no Programa Formação pela Escola a partir da perspectiva dos conselheiros escolares; investigar as possíveis motivações para a evasão da formação continuada no processo de participação do Programa Formação pela Escola pelos conselheiros escolares.

Por isto esse artigo aponta a relevância da formação continuada dos conselheiros escolares e a importância do Programa a distância na qualificação. Nele demonstra a necessidade de analisar as lacunas e determinantes expressos nas práticas dos conselheiros. Por isto concordamos com o pensamento de Bordenave (1994, p.12) na afirmação “[...] a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder[...]”

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Clauber Gomes; Lemos Elizama das Chagas. Curso de Formação em EAD. Capes. UAB. IFRN- Natal/RN. 2012. *In: Tecnologia Educacional*, 15(70): 34-39.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8º edição. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos 95. 1994

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Brasília - DF Junho de 2006

Dourado, Luiz Eduardo. **Gestão da educação escolar**. 4 ed.. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil. 2012

DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Conselhos Escolares e a gestão democrática da escola e a escolha do diretor**. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Co Documentos eletrônicos:

Silva, C.R.; Silva, L.F.; Martins, S.T.F. Marx, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento, v1, n1, p 7-18. Disponível em: <[http://www2.fc.unesp.br/revista\\_educacao/arquivos/Marxismo\\_ciencia\\_e\\_educacao.pdf](http://www2.fc.unesp.br/revista_educacao/arquivos/Marxismo_ciencia_e_educacao.pdf)>, acesso: 15 ago. 2019

BRASIL, MEC/FNDE, Programa Formação pela Escola, 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>> , acesso: 10 de jul. de 2019.